

Colóquio internacional Marx e o Marxismo 2023

Tema: Democracia contra capitalismo? Renovando o materialismo histórico

**DESEMPREGO E HEGEMONIA NEOLIBERAL: A IMPOSSIBILIDADE DA  
DEMOCRACIA SOB O TERRENO DO CAPITAL**

**Autor:** Gabriel Ulbricht

**Filiação:** Universidade Estadual de  
Campinas (UNICAMP)

## **Resumo**

É evidente que o modo de produção capitalista impulsionou, ao longo de sua formação histórica, elementos de precarização do trabalho e exploração de uma classe sobre a outra, sendo o desemprego uma das consequências mais drásticas para aqueles que só possuem sua força de trabalho para sobreviver. Com a consolidação do neoliberalismo enquanto aspecto hegemônico do capitalismo atual, presencia-se o avanço da privatização e o retrocesso de qualquer elemento assistencialista por parte do Estado, paralelamente a um processo ideológico visando justificar e individualizar problemas inerentes à reprodução do capital, abstraindo, assim, todo o contexto histórico-social existente. Em um cenário onde grande parte da classe trabalhadora tem como únicas alternativas ou o desemprego ou o trabalho precário de jornadas extenuantes, este artigo buscará discutir como tal cenário é potencializado pela hegemonia neoliberal, assim como os limites de qualquer concepção democrática e igualitária dentro do capitalismo, que pauperiza um enorme contingente da classe trabalhadora em prol do incessante movimento irracional do capital. Dessa maneira, em oposição às abstrações supostamente igualitárias e democráticas impulsionadas pela ideologia dominante, serão expostos elementos que demonstram a impossibilidade de uma democracia real em um modo de produção que se baseia em desigualdade e exploração incessantes, sendo por isso necessário resgatar e renovar o materialismo histórico com o intuito de entender que a economia e a política não se separam, mas constituem uma totalidade social historicamente estabelecida.

**Palavras-chave:** Desemprego; Neoliberalismo; Hegemonia; Ideologia; Democracia.

## **Abstract**

It is evident that the capitalist mode of production, throughout its historical formation, boosted elements of precarious work and exploitation of one class over the other, with unemployment being one of the most drastic consequences for those who only have their labour power to survive. With the consolidation of neoliberalism as the hegemonic aspect of current capitalism, we witness the advance of privatization and the retreat of any welfare element coming from the State, alongside an ideological process aimed at justifying and individualizing problems inherent in the reproduction of capital, and thus abstracting the entire existing historical-social context. In a scenario where a large part of the working class has as its only alternatives either unemployment or precarious work, this article will seek to discuss how such scenario is enhanced by the neoliberal hegemony, as well as the limits of any democratic and egalitarian conception within capitalism, which impoverishes a huge contingent of the working class in favor of the incessant and irrational movement of capital. Therefore, in opposition to any egalitarian and democratic abstractions driven by the dominant ideology, this article will expose elements in order to demonstrate the impossibility of a real democracy in a mode of production based on incessant inequality and exploitation, being therefore necessary to rescue and renew historical materialism in order to understand that economics and politics are not separated, but constitute a historically established social totality.

**Keywords:** Unemployment; Neoliberalism; Hegemony; Ideology; Democracy.

## 1. Introdução

Nos últimos anos, mediante um processo de reestruturação produtiva e forte avanço de políticas econômicas neoliberais, o mundo do trabalho tornou-se palco definitivo da precarização, informalidade e desregulação, em paralelo ao aumento constante do desemprego, que chegou a atingir cerca de 207 milhões de trabalhadoras e trabalhadores em 2022 (ILO, 2022). No Brasil, o peso da precarização e do desemprego ganhou novos contornos principalmente a partir de 1990, com um avanço considerável da informalidade e da precariedade em diversos setores da classe trabalhadora (MATTOS, 2019). Não por acaso, foi nesse período que a pragmática neoliberal se consolidou dentro da agenda política nacional (forjada pelo consenso de Washington), impulsionando privatizações e desregulamentação do setor público, agora visto como ineficiente e burocrático em oposição a uma suposta “modernidade” que descarta qualquer assistencialismo estatal (DRUCK, 2021; BATISTA, 1994).

Além do avanço do projeto neoliberal a nível tanto internacional quanto nacional<sup>1</sup> nos anos seguintes, a pandemia da covid-19 contribuiu para intensificar ainda mais a redução de postos de trabalho e o fenômeno estrutural do desemprego, atingindo inúmeros setores da classe trabalhadora e expondo os poucos trabalhadores empregados à contaminação virótica, uma vez que não tiveram o privilégio de ficar em casa ao contrário dos empresários que lucravam com o risco da contaminação (ANTUNES, 2022). Se o mercado de trabalho é marcado pela precariedade e pelo desemprego enquanto imperativos do capital<sup>2</sup>, há inegavelmente setores sociais mais atingidos, como as mulheres, a juventude e os trabalhadores negros (MATTOS, 2019), refletindo a desigualdade latente do mundo do trabalho no que diz respeito a gênero, raça e faixa-etária.

Não obstante, para além dos reflexos político-econômicos do capitalismo em sua roupagem neoliberal, destaca-se ainda seu aspecto ideológico visando consolidar uma

---

<sup>1</sup> Em virtude dos limites deste trabalho, não será exposto com detalhes as características dos governos nacionais que, desde a década de 1990, carregaram (em maior ou menor grau) o projeto neoliberal adiante. Sem dúvidas, há uma enorme diferença entre os governos Lula e Dilma em comparação ao que foram os governos Temer e Bolsonaro (com uma agenda neoliberal abertamente destrutiva). Não obstante, tendo em vista os esforços em tentar conciliar interesses burgueses com interesses dos trabalhadores, entendemos que os governos do PT não renegaram as políticas neoliberais, apesar da existência de algumas políticas sociais.

<sup>2</sup> “A necessidade de produzir desemprego, ‘diminuição de custos’ etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional e humanamente gratificantes” (MÉSZÁROS, 2006, p.32).

hegemonia bem articulada entre a sociedade civil e política, individualizando problemas estruturais ao capital (tal como o desemprego) enquanto questões puramente individuais, e apagando qualquer lastro social e histórico de um modo de produção que, desde seu início, nasceu com sangue escorrendo pelos seus poros (MARX, 2013). Desse modo, o advento do mito do empreendedorismo é um dos movimentos mais emblemáticos com o intuito de naturalizar e, inclusive, romantizar a desigualdade em um cenário sem qualquer estabilidade para os trabalhadores, apagando qualquer identidade classista em prol de eufemismos etimológicos (ANTUNES, 2018).

Em um contexto concorrencial de “guerra de todos contra todos” (ENGELS, 2008), de longas jornadas de trabalho, de redução de postos empregatícios e de forte pauperização da classe trabalhadora, faz-se necessário refletirmos sobre qualquer possibilidade de existência digna em um modo de produção que provou ser altamente destrutivo. Será possível (como faz a dita esquerda nostálgica do Estado de bem-estar social) falar de democracia e igualdade de oportunidades dentro de um capitalismo que tem na precarização e no desemprego elementos fundamentais para sua reprodução? Em nossa concepção, será preciso problematizar a ideia de democracia abstrata tão cara ao capital (WOOD, 2003), evidenciando que não há como alcançar, de fato, uma democracia política em um terreno econômico fundamentalmente desigual, excludente e exploratório.

## **2. Desemprego: um fenômeno histórico e socialmente constituído**

Neste trabalho, compreendemos o fenômeno do desemprego a partir de uma análise histórica e social, sendo constituinte do próprio modo de produção capitalista que, desde seu início, como apontou Marx (2013), fora marcado por um complexo processo envolvendo violência e expropriação, sendo emblemática a separação entre os trabalhadores e os instrumentos de realização do seu trabalho, tal como ocorreu, por exemplo, na Inglaterra do século XVIII, com a promulgação da “*Bills for Inclosures of Commons*” (leis para o cercamento da terra comunal) que garantiu a expulsão de inúmeros camponeses de suas terras, agora privatizadas. Com isso, os meios de subsistência e de produção que tradicionalmente caracterizavam o modo de vida camponês (MARX, 2017), transformam-se em meios para a reprodução e autovalorização do capital, com a efetiva conversão dos produtores diretos em trabalhadores assalariados, que só conseguiriam reproduzir sua existência mediante a venda de sua força de trabalho enquanto proletários livres (MARX, 2013).

Contudo, a suposta liberdade inaugurada pela condição do assalariado, visto idealmente enquanto indivíduo livre para “escolher” o melhor contrato de trabalho que lhe interessar, assemelha-se, na prática, a uma luta bárbara pela sobrevivência (ENGELS, 2008), em que “a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade” (CASTEL, 2009, p.44-45). Presenciamos, assim, a efetiva atomização e isolamento dos sujeitos em prol de um individualismo exacerbado, com a ausência de qualquer vínculo ou suporte que proporcione uma proteção assistencial aos trabalhadores (CASTEL, 2009). Predomina-se o “espírito contábil”, em que os sujeitos são instigados a assumirem posições utilitaristas e individualistas. Aqui, a dissociação e individualização são, contraditoriamente, formas elementares de socialização sob o capitalismo (SIMMEL, 2005).

Uma vez que o isolamento, a competitividade e a atomização dos sujeitos caracterizam a sociedade capitalista, Engels (2008), em seus estudos sobre a situação da classe trabalhadora inglesa, já evidenciou o cenário de incertezas e inseguranças na vida do proletariado, posto que, além da ausência de vínculos assistenciais que poderiam garantir uma mínima dignidade de vida, estes ainda estavam submetidos ao movimento irracional do mercado, que compreende desde inovações tecnológicas (capazes de dispensar grande parte do trabalho humano) até o rebaixamento salarial, paralelamente ao avanço do desemprego. Não por acaso, Engels afirma que “a insegurança de sua vida, a necessidade de viver cada dia com um salário sem saber o que lhe acontecerá na manhã seguinte (...) [é] aquilo que faz deles proletários” (ENGELS, 2008 p.155).

A sociedade, inteiramente atomizada, não se preocupa com eles, atribuindo-lhes o encargo de prover suas necessidades e as de suas famílias, mas não lhes oferece os meios para que o façam de modo eficaz e permanente. Qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente exposto ao perigo do desemprego, que equivale a morrer de fome e são muitos os que sucumbem. (ENGELS, 2008, p.115)

É preciso ressaltar que o desemprego, antes de ser uma anomalia indesejada, constitui-se enquanto parte integrante e fundamental ao modo de produção capitalista, sendo fundamental para garantir, mesmo que indiretamente, a própria reprodução do capital (MARX, 2013), uma vez que o vasto exército de reserva possibilita que os salários sejam rebaixados com maior facilidade e com menor resistência por parte daqueles empregados, constantemente ameaçados pelo desemprego enquanto sendo uma espécie de *chicote da escravidão moderna* (ENGELS, 2008), na medida em que o trabalhador

que se recusa a aceitar as condições impostas para a realização de seu trabalho torna-se facilmente descartado e substituído por outro que as aceite em seu lugar.

A condição de estar desempregado é considerada o cúmulo da miséria para o proletariado, ameaçando suas possibilidades de acessar os meios básicos à sua reprodução (alimentação, moradia, saúde, lazer, etc.), agora unicamente acessados mediante a venda de sua força de trabalho. Nesse sentido, Marx (2010) ressalta que, para se realizar enquanto sujeito físico, o indivíduo precisa ser primeiro trabalhador, isto é, precisa estar inserido na relação capital-trabalho de alguma forma. Assim sendo, aquele que enfrenta a condição do desemprego está passível de perder, literalmente, a sua condição de sujeito.

### **3. As lutas dos trabalhadores e o posterior advento do Estado de bem-estar social**

Como dito anteriormente, a incerteza de como será o dia seguinte é um dos aspectos que caracterizam a condição da classe trabalhadora, submetida as inconstâncias do mercado e sempre passível de demissão através de qualquer “capricho” do patrão (ENGELS, 2008). Em um cenário de “abandono à própria sorte”, não levou muito tempo para que os trabalhadores começassem a entender seus interesses enquanto classe, opondo-se à classe dominante que tirava proveito de sua situação<sup>3</sup>. Como ressaltaram Marx e Engels (2007, p.63) “Os indivíduos singulares formam uma classe somente em que têm de promover uma luta contra outra classe”. Nesse sentido, entendemos como oportuna as contribuições de Thompson (2020) acerca de uma classe que está presente em seu próprio “fazer-se” contínuo, unificando acontecimentos aparentemente díspares e ocorrendo através das próprias relações humanas, marcadas por experiências contínuas.

A classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. (THOMPSON, 2020, p.10)

Ao longo da história, os trabalhadores foram protagonistas de inúmeras lutas políticas e sociais em busca de melhores condições de trabalho, contra o flagelo do desemprego e a excessiva exploração laboral. A obra *O Capital* de Marx (2013) é, sem dúvidas, a mais emblemática para acompanhar as lutas do século XIX por redução da

---

<sup>3</sup> Aqui resgatamos o entendimento da formação da classe trabalhadora enquanto um processo historicamente constituído e intimamente ligado a noção de luta e conflito com outra classe. Tal compreensão se opõe a noção de classe enquanto uma categoria estancada ou mecanicamente posta.

jornada de trabalho e outros enfrentamentos protagonizados pelo proletariado, que passava a se entender cada vez mais enquanto uma classe daqueles que só possuíam sua força de trabalho para sobreviver.

Entendemos ser importante resgatar as lutas históricas dos trabalhadores para enfatizar que qualquer aspecto assistencial ou conquista política advindos do Estado burguês só se tornou real através das lutas que o proletariado travou ao longo de sua história e formação (DRUCK, 2021). Além disso, é muito comum que setores da socialdemocracia invoquem o período do *Welfare State* (do contexto de pós-guerra europeu) enquanto exemplo de “paz” a ser seguido, já que visava uma espécie de compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado (ANTUNES, 2009), ao lado de tentativas em fornecer assistências sociais como seguridade, habitação, educação, assistência médica, etc. Com o suposto objetivo de alcançar o pleno emprego (HARVEY, 2008a).

Primeiramente, é preciso entender o contexto em que as políticas assistenciais de Estado começaram a ser pensadas, longe de serem produtos de uma benevolência democrática do capital, elas ocorrem após o quase colapso do capitalismo liberal na década de 1930, em que os governos começaram a formular uma nova concepção de uso do Estado, amadurecida somente após 1945 e o conturbado período da Segunda Guerra Mundial. Além disso, com o processo da Revolução Russa de 1917 e que, pela primeira vez na história, estabeleceu uma sociedade com vistas ao socialismo a partir dos trabalhadores organizados em soviets, também colocava em cheque o capitalismo mundial, inspirando o movimento operário a nível global. Sendo assim, é impossível entender o que foi o efêmero episódio do *Welfare State* sem levar em consideração o contexto histórico em que este surgiu, marcado pelo pós-guerra<sup>4</sup> e avanço da Guerra-fria, uma vez que a ameaça de um bloco socialista (apesar de suas deformações burocráticas a partir do stalinismo) incomodava o poderio estadunidense.

É importante ressaltar ainda que, se algumas poucas nações privilegiadas (e predominantemente europeias) tiveram elementos de seguridade social em seus territórios, países alocados na periferia do capitalismo (como o Brasil) sequer tiveram

---

<sup>4</sup> É inegável que a guerra possui um papel muito importante para o desenvolvimento do capitalismo, passando desde venda de armas, construção civil, serviços e seu potencial de “eliminar” uma parte do grande contingente populacional, mesmo que uma remessa deste ainda seja fundamental para constituir o exército de reserva. Uma reportagem curiosa do site financeiro denominado MarketWatch, afirma em seu título que “A América precisa de uma nova guerra ou o capitalismo morrerá”. Disponível em: <https://www.marketwatch.com/story/america-needs-a-new-war-or-capitalism-dies-2013-04-17> acessado em: 24/05/2023

essa possibilidade, uma vez que estavam completamente excluídos do pacto socialdemocrata e submetidos a uma enorme exploração do trabalho que contribuía, inclusive, com a sustentação dos ditos países de primeiro mundo (ANTUNES, 2009), refletindo uma divisão internacional do trabalho que opera, tal como propôs Trotsky, de modo desigual e combinado.

#### **4. Reestruturação produtiva e avanço neoliberal**

Após décadas de acumulação de capitais marcada pelo binômio do fordismo e do keynesianismo, o capitalismo, em resposta à sua própria crise estrutural, adentra em um processo de reestruturação produtiva na década de 1970 em direção à acumulação flexível, com a efetiva flexibilização das relações de trabalho, dos mercados e dos padrões de consumo (HARVEY, 2008a), destronando a concepção de um Estado de bem-estar. Observou-se um crescimento exponencial do setor de serviços, ao passo que setores da indústria foram mais descentralizados, enxugados e dispersados geograficamente para locais de trabalho com mão-de-obra barata, em paralelo a contínua financeirização da economia em um contexto de globalização (CHESNAIS, 2000).

Dentre as consequências dessa reestruturação produtiva em direção a acumulação flexível, está o surgimento de um “novo tipo de trabalhador”, mais flexibilizado, polivalente, e que precisa se adequar aos imperativos categóricos da irracionalidade do capital, que cada vez mais promovia a terceirização, o trabalho intermitente, de alta rotatividade e sem qualquer garantia sólida, além do retrocesso das lutas sindicais em prol de saídas individuais isoladas (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2008a). Desse modo, com o enxugamento de postos de trabalho e a precarização dos postos empregatícios restantes, se consolida um duplo cenário de sofrimento para aqueles que dependem exclusivamente de sua força de trabalho para sobreviver: de um lado, enfrentam empregos precarizados e intermitentes; de outro, vivenciam diretamente a falta de trabalho (ANTUNES, 2018).

Em termos hegemônicos, o advento do neoliberalismo é um dos contornos mais evidentes dessa era flexibilizada, uma vez que, em nome de uma suposta modernidade, as grandes potências mundiais (com Estados Unidos a frente) sinalizavam para a privatização de setores estatais e para o desmonte de qualquer assistencialismo público. Aqui é preciso ressaltar o contexto de fim da Guerra Fria, com a derrocada do bloco soviético e a queda do Muro de Berlin, proclamando uma suposta vitória do capitalismo a nível mundial e o “fim da história”, como chegou a propor Fukuyama. Tal triunfo capitalista, segundo Wood (2003), apoiava-se no retrocesso da esquerda em relação a



pautas socialistas, com amplas seções da esquerda intelectual abandonando qualquer referencial marxista para compreender, efetivamente, a realidade.

## **5. Hegemonia neoliberal: aspectos político-econômicos**

Neste tópico, adentraremos mais especificamente no que entendemos enquanto hegemonia neoliberal, que atualmente caracteriza o mundo do trabalho. Por hegemonia, nos referimos ao conceito elaborado pelo marxista italiano Antonio Gramsci, que compreende enquanto um aspecto fundamental da dominação da burguesia na totalidade social, mediante a difusão de concepções de mundo específicas e que garantam o consenso da ordem dominante, posto que representam, em última instância, interesses de uma classe específica, e que busca dotar seus interesses de aspectos “gerais” a todo o conjunto social.

Há, assim, uma necessidade de estabelecer relações mais “íntimas” entre a classe dominante e os demais setores da sociedade, mediante uma hegemonia específica que mescle tantos os aspectos econômicos, políticos e culturais, tal como ressaltou Gramsci (1999b) ao compreender as forças hegemônicas que ligam o Estado e a sociedade civil. Posteriormente, trataremos da questão da ideologia enquanto elemento fundamental para a efetiva articulação da hegemonia neoliberal, por agora, buscaremos compreender o que caracteriza o neoliberalismo enquanto projeto político-econômico dominante no capitalismo atual.

O avanço do neoliberalismo ocorre nas últimas décadas do século XX, em que presenciamos desde a abertura da China ao capitalismo (com Deng Xiaoping a frente) até a consolidação dos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, marcados pela desregulação dos direitos e do trabalho, ataques ao sindicalismo e financeirização econômica. Segundo Harvey (2008b), o neoliberalismo diz respeito às práticas político-econômicas que aliam o empreendedorismo individual em paralelo a estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada e ao livre mercado. Nesse sentido, clama-se pelo desmonte de determinados setores estatais em prol de privatizações, com a desregulamentação do trabalho e o ataque à proteção social caracterizando o neoliberalismo enquanto política de Estado.

Aqui, é preciso reforçar que somente o aspecto assistencial por parte das instituições estatais é que se torna alvo de desmonte por parte do capitalismo neoliberal, uma vez que a máquina do Estado desempenha um papel fundamental em garantir,

constitucionalmente ou pela força, que os interesses do mercado prevaleçam<sup>5</sup>. Como bem constaram Marx e Engels (2010), o aparelho estatal possui um claro caráter de instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, de tal forma que, historicamente, tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo (WOOD, 2003). Sob a vulgata neoliberal, a valorização da concorrência e individualização sem limites constitui ainda mais as rédeas do Estado burguês.

O Estado cumpre um papel central nessa nova estratégia de valorizar e propagar uma concorrência sem limites e, como responsável para responder à crise, busca criar novas e melhores condições fiscais e sociais para a valorização do capital. São escolhas políticas que se consubstanciam na aplicação de contrarreformas cujo eixo é a redução do custo da força de trabalho, seja através da subtração de direitos com as “reformas” trabalhistas e previdenciárias para o setor privado, seja através das “reformas administrativas” do Estado, que visam reduzir salários, direitos e vínculos estáveis dos servidores públicos. (DRUCK, 2021, p.47)

No que diz respeito aos países da América Latina, o ideário neoliberal se tornou diretriz central para os países aliados aos Estados Unidos, que condenava qualquer excesso estatal como sinônimo de atraso frente a “modernidade necessária”, foi a partir do Consenso de Washington que se presenciou uma tentativa de reorganizar as formas de conceber o Estado e as políticas públicas na América Latina (BATISTA, 1994). No Brasil, a pragmática neoliberal ocupou a agenda nacional principalmente a partir dos anos 90, com os governos Collor e FHC elevando o crescimento da informalidade dentro de um setor de serviços em expansão e retrocesso industrial. Nesse contexto, o índice de desemprego que já se fazia fortemente presente na sociedade cresceu significativamente, o que, por sua vez, contribuiu para o avanço do trabalho precarizado em um país que já contava com poucas perspectivas empregatícias em ocupações formais e regularizadas (MATTOS, 2019).

O projeto político-econômico de um capitalismo neoliberal privatizante, de desregulação e, conseqüentemente, de avanço da informalidade se generaliza progressivamente e em escala global, com o desemprego estrutural fazendo-se extremamente presente. Não por acaso, Mézáros (2006) afirma que o alto índice de desempregadas e desempregados constitui elemento definitivo na atual fase do desenvolvimento histórico.

Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante. Nessa nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de

---

<sup>5</sup> “O triunfo atual do ‘mercado’ não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos, os Estados Unidos assim como os outros países membros do G7” (CHESNAIS, 2000, p.10).

interdeterminações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em que políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade do pleno emprego em uma sociedade livre (MÉSZÁROS, 2006, p.31)

## **6. Aspecto Ideológico: individualização de problemas estruturais ao capital**

A partir da contextualização feita acerca do aspecto político-econômico do neoliberalismo, ainda é preciso ressaltar uma das questões que fundamentalmente contribuí para a consolidação da hegemonia neoliberal: seu aspecto ideológico. A ideologia dominante de um determinado período histórico diz respeito a um conjunto de ideias e concepções de mundo que visam legitimar o poder de uma classe sobre outra, de tal forma que seja capaz de promover crenças e valores que naturalizem e universalizem a existência de determinada sociedade, de modo a torna-la “óbvia” e “inevitável” (EAGLETON, 1997). É impossível compreender o surgimento e estabelecimento de ideias e noções de mundo de forma abstrata, pelo contrário, tanto a produção das ideias quanto a formação da consciência ocorrem mediante um entrelaçamento com a atividade material dos indivíduos (MARX; ENGELS, 2007). Sendo assim, a consciência é um produto social e, como ressaltou Gramsci (1999a), o conjunto de ideias e concepções que configuram uma ideologia dominante não se restringe à esfera da produção, mas estende sua influência nas demais esferas individuais e coletivas.

Tendo em vista o cenário de um capitalismo neoliberal hegemônico, a ideologia surge no sentido de naturalizar tal hegemonia, configurando a expressão atual dos interesses da burguesia. Isso, obviamente, não exclui as particularidades da ideologia neoliberal, ao mesmo tempo que esta não é vista como algo deslocado do capitalismo, que ao longo de sua constituição promoveu determinadas concepções que lhe conferiram sentido (CARMO; ASSIS; JÚNIOR; TEIXEIRA, 2021). É particularmente interessante a concepção de Gramsci sobre o capitalismo e suas instituições promoverem um movimento com o intuito de criar um novo tipo de cidadão intimamente articulado com a sociedade política, a ponto de se auto governar enquanto continuação da mesma.

The assertion that the State can be identified with individuals (the individuals of a social group), as an element of active culture (i.e. as a movement to create a new civilisation, a new type of man and of citizen), must serve to determine the will to construct within the husk of political society a complex and well-articulated civil society, in which the individual can govern himself without his self-government thereby entering into conflict with political society—but rather becoming its normal continuation, its organic complement (GRAMSCI, 1999b, p.543).

A partir dessa citação, podemos entender que todo o projeto político-econômico neoliberal, que clama por uma competição desenfreada, pelo recuo de qualquer concepção assistencial e pela oposição às organizações coletivas da classe trabalhadora, também deve se articular com os próprios indivíduos de modo ideológico, evitando um conflito com a sociedade política, promovendo concepções individualistas e de negação de aspectos estruturais ao capital. A hegemonia neoliberal se efetiva, segundo Druck (2021), quando a ideologia dominante faz do “culto ao mercado” uma crença generalizante em toda a sociedade, visando orientar os próprios sujeitos em seu modo de agir e ocultando contradições inerentes ao capital, além de garantir uma aparente coesão e apaziguamento de conflitos sociais. Dentre os aspectos da ideologia neoliberal que dialoga diretamente com o desemprego estrutural, está o esforço em apagar qualquer aspecto social e histórico que configura a falta de trabalho em prol de uma individualização do problema. Se alguém está desempregado, o motivo seria a falta de esforço, de alguém que não “tentou o suficiente”, “está assim porque quer” etc. (ULBRICHT, 2022).

Mais ainda, uma das supostas soluções mobilizadas pela vulgata neoliberal está no mito do empreendedorismo (ANTUNES, 2018). Em meio ao caos contraditório do capitalismo neoliberal, que destrói postos de trabalho, privatiza serviços básicos e retira qualquer possibilidade de planejar uma vida minimamente estável, a ideia de um indivíduo “heroico” e que precisa empreender e inovar para mudar sua situação serve especialmente para amenizar tais contradições. Não por acaso, autobiografias sobre bilionários e livros de autoajuda são vendidos aos montes, com o intuito de promover a esperança de dias melhores diante do avanço da desigualdade social e da pauperização (FERRAZ; FERRAZ, 2022). Clama-se por uma democratização abstrata de possibilidades de sucesso entre os indivíduos (que teriam iguais condições de “vencer na vida”) e que através do esforço individual qualquer conquista dentro do capitalismo seria possível. Ou seja, eleva-se a ideia de uma igualdade democrática de possibilidades paralelamente ao apagamento de qualquer análise histórico-social das condições desiguais em que os sujeitos estão distribuídos.

Há, assim, um esforço em interiorizar o “espírito empreendedor” nas mais íntimas condutas individuais dos sujeitos, de tal forma que todos sejam vistos como potenciais empreendedores (FERRAZ; FERRAZ, 2022). Embora nem sempre o comércio tenha feito parte central das relações sociais humanas, aqui a ideologia burguesa apaga efetivamente qualquer historicidade, se antes havia história, agora não há mais, o que há

é o homem burguês universal, atemporal e que naturalmente buscará “lucrar” de alguma forma. Aqui, um modo de ser estabelecido social e historicamente torna-se supostamente universal e a-histórico, dialogando diretamente com a concepção de Marx e Engels (2007) sobre a necessidade de a burguesia expressar suas disposições como universalmente válidas, visando a manutenção de sua dominação.

Sob a ideologia neoliberal, que clama por uma individualização absoluta, todos os riscos e responsabilidades são transferidos aos trabalhadores, que possuem seus direitos anulados. Clama-se por um mundo sem trabalhadores<sup>6</sup>, mas somente empreendedores, parceiros e colaboradores.

Esse processo revela a tentativa do capital de recusar e ocultar o trabalho assalariado, como relação social fundamental do capitalismo, negando, dessa forma, a condição de trabalhadores e buscando impedir que atuem enquanto classe social, pois são agora empreendedores, empresários de si mesmos, animados pela concorrência que, na compreensão de Engels, é a arma mais eficiente da burguesia na sua luta política contra os trabalhadores (DRUCK, 2021, p.840).

Os discursos individualistas e que apagam o caráter estrutural das mazelas do capital são direcionados a milhões de trabalhadoras e trabalhadores que tratam de assimila-los das mais diversas maneiras, podendo gerar sentimentos de culpa, auto depreciação e auto responsabilização por problemas que possuem raízes sociais (MANDELBAUM; RIBEIRO, 2017). Não obstante, também presenciamos possibilidades de resistência e questionamento diante da ideologia neoliberal, tal como evidencia a luta dos trabalhadores de aplicativos por melhores condições de trabalho, o avanço de sindicatos contra a precarização impulsionada pela Amazon nos Estados Unidos etc. Tudo depende da forma que a classe trabalhadora, enquanto sujeito ativo da história, pode se entender enquanto classe e, mediante suas experiências, organizar oposição à autocracia do capital.

Tendo em vista o contexto histórico descrito até aqui, imerso na hegemonia neoliberal altamente destrutiva para a classe trabalhadora tanto em termos objetivos quanto subjetivos, será discutido adiante se existe a possibilidade de qualquer concepção

---

<sup>6</sup> Uma das grandes contradições do capital está em desempregar ao máximo os trabalhadores e substituí-los por tecnologias de ponta e menos custosas. Porém, sendo a força de trabalho a mercadoria com a peculiaridade única de gerar mais-valor (MARX, 2013), ela jamais pode ser substituída por completo. Qualquer ideia que clame pelo fim do trabalho é uma falácia, mas se a burguesia não pode abolir o trabalhador realmente, ao menos tenta fazer isso idealmente através das figuras dos empreendedores, parceiros e colaboradores tão difundidos na gramática ideológica do capital.

efetivamente democrática sob o terreno do modo de produção capitalista, abertamente desigual e marcado pela dominação de uma classe sobre outra.

## 7. Contradições entre democracia e capitalismo

Sabemos, a partir das constatações de autores como Marx, Engels e Lenin (2019), que a ideia de uma democracia plena constitui uma das grandes abstrações ideológicas do capitalismo, visando ocultar qualquer dominação de classe e as contradições de um modo de produção que, fundamentalmente, é incompatível com qualquer democracia exercida, de fato, pela maioria. Se analisarmos etimologicamente a noção de democracia, em que *demos* (povo) e *kratos* (poder) sugerem uma soberania que emana do povo, podemos contrapor a própria abstração desse conceito com um terreno histórico marcado pela luta de classes, em que não há um “povo” posto de modo homogêneo, mas sim um conjunto de indivíduos constituindo classes específicas.

Contudo, nota-se como a noção abstrata de um poder que emana de um povo geral contribui para todo o processo ideológico do capital em clamar por uma “nação única”<sup>7</sup>, um “único povo”, ocultando o fato de existirem classes sociais, que possuem interesses contrapostos e que a hegemonia dominante tenta apaziguar e apagar em prol de uma “universalidade definitiva”, elevando como única legitimidade possível as instituições burguesas<sup>8</sup> e invalidando qualquer tentativa política produzida por fora dos muros institucionais. Não por acaso, ao analisar a Inglaterra, Wood (2003) ressalta a soberania parlamentar em detrimento de uma soberania advinda do “povo”, em que até mesmo o trabalhismo inglês deslegitimava qualquer política “extraparlamentar”.

Desse modo, é preciso avaliar que, embora a ideia de “nação” certamente possa ter consequências reais o bastante para inspirar indivíduos a morrer pela sua pátria, por exemplo, é inegável a predisposição ideológica de tal denominação em ocultar contradições de classe, despolitizar e deslegitimar a experiência dos indivíduos para além da institucionalidade. Embora o democratismo burguês clame por uma cidadania

---

<sup>7</sup> “Enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais à parte, a grande indústria criou uma classe que tem em todas as nações o mesmo interesse e na qual toda nacionalidade já está destruída;” (MARX; ENGELS, p.61, 2007).

<sup>8</sup> É preciso ressaltar que, ao longo de sua história, a própria institucionalidade burguesa sempre buscou restringir os direitos políticos aos proprietários detentores de renda, excluindo a participação dos trabalhadores. Todo avanço posterior em expressar (ainda que de modo limitado) interesses dos trabalhadores e dos camponeses só foi possível pelo terreno da luta de classes. Também é emblemático a luta das mulheres e da população negra contra opressões que o capital tão bem utilizou para marginalizar ainda mais esses setores sociais da vida política.

universal “superior” aos privilégios econômicos, é na apropriação do trabalho excedente que a constituição burguesa se mostra inválida, com a noção de igualdade civil perdendo espaço para a desigualdade de classe<sup>9</sup>, e expondo os limites de uma democracia efetiva no capitalismo.

Contudo, visando legitimar uma suposta democracia no capitalismo, há um esforço em tratar democracia e livre mercado enquanto sinônimos, enquanto elementos indissociáveis, como se o nível de democratização fosse medido através da “marketização” constante de toda a sociabilidade existente.

A democracia liberal deixa intocada toda a nova esfera de dominação e coação criada pelo capitalismo, sua transferência de poderes substanciais do Estado para a sociedade civil, para a propriedade privada e as pressões do mercado. Deixa intocadas vastas áreas de nossa vida cotidiana - no local de trabalho, na distribuição do trabalho e dos recursos - que não estão sujeitas à responsabilidade democrática, mas são governadas pelos poderes da propriedade, pelas "leis" do mercado e pelo imperativo da maximização do lucro (WOOD, 2003, p.201).

Ou seja, a ideia conceitual de uma “democracia formal” não fez dela uma realidade histórica (WOOD, 2003). Além disso, é preciso ressaltar que tal democratismo falacioso também é impulsionado pela lógica meritocrática visando disfarçar contradições no terreno econômico, como se todos possuíssem as mesmas possibilidades e oportunidades em um sistema de mercado livre. Tal discurso (extremamente potencializado pela vulgata neoliberal) se estende visando justificar problemas como o desemprego enquanto oriundo do indivíduo (que não soube aproveitar as oportunidades), ocultando o aspecto estrutural do desemprego e clamando pela igualdade de oportunidades.

É preciso reconhecer que a igualdade de acesso ao emprego é uma falácia, uma vez que entra em atrito com as contradições do capitalismo que desemprega um enorme contingente de trabalhadores que passam a compor o exército industrial de reserva fundamental à reprodução do capital (MARX, 2013), e de modo socialmente seletivo, posto que, em países como o Brasil, grande parte da classe trabalhadora desempregada são mulheres negras (CACAU, PARKS, ASSIS, 2021). Ou seja, o mercado que se comporta de maneira supostamente democrática, na realidade é radicalmente desigual em

---

<sup>9</sup> “Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta” (WOOD, 2003, p.184). Aqui, podemos refletir novamente se, uma vez que o terreno econômico é extremamente desigual, podemos falar de uma democracia dentro do capitalismo. Se tomarmos a economia política enquanto totalidade, é evidente que não.

termos de oportunidade no que diz respeito a raça e gênero, e impulsiona ainda mais essa desigualdade mediante o retrocesso de qualquer aspecto assistencial estatal.

Segundo Wood (2003), em meio aos discursos de extrema-direita que avançam em condenar qualquer assistencialismo estatal e sendo contra as mínimas conquistas de representatividade política, a maioria dos setores da esquerda passam a endossar a “cidadania social”, o aprimoramento de “direitos sociais” e descartam qualquer concepção socialista<sup>10</sup> de sociedade, flertando com a nostálgica volta de um Estado keynesiano de bem-estar, tão distante no horizonte do neoliberalismo. Aqui, é preciso enfatizar que a concepção de retorno ao *Welfare State*, além de ser idílica (nota-se a particularidade do contexto histórico em que surgiu), também é eurocêntrica, uma vez que sua vigência era circunscrita a certas nações europeias (MATTOS, 2019), enquanto a maioria dos países ditos “não-desenvolvidos” continuavam submetidos a um capitalismo abertamente predatório.

Também é possível enxergar as contradições do capitalismo com um setor público que possibilite mínimas condições democráticas de acesso e serviço, com autoras como Graça Druck (2021) e Chico de Oliveira (1998) deixando claro o avanço ininterrupto do capital no sentido de tornar produtor de mais-valor o máximo de setores da sociedade. Ou seja, servidores estatais que, num primeiro momento, possuem um caráter assistencial e não diretamente relacionado a acumulação de capital, tornam-se cada vez mais mercantilizados no sentido de atender ao empresariado, com serviços como saúde e educação sendo rifados em direção à privatização (DRUCK, 2021). Aqui, se confirma ainda mais o que Marx e Engels (2016) afirmam sobre o caráter do capitalismo em diluir todas as relações sociais ao cálculo monetário, uma vez que o sistema capitalista tem como princípio inerente e invariável a subordinação de todos os valores humanos aos imperativos da acumulação incessante (WOOD, 2003).

É necessário, portanto, expor que o *modus operandi* do capital é inteiramente incompatível com qualquer igualdade democrática (tanto econômica quanto política, para usar a separação burguesa dessas esferas) no que diz respeito ao acesso e as possibilidades dos indivíduos da classe trabalhadora. O desemprego estrutural aparece, nesse sentido, enquanto um dos elementos que exemplificam a contradição do capital frente a possibilidades descentes de existência baseadas em qualquer perspectiva igualitária.

---

<sup>10</sup> “Muitos dos antigos militantes da esquerda marxista se converteram à crença no mercado ‘social’, um mercado capitalista com rosto humano” (WOOD, 2003, p.246).



## **8. Conclusão: retomar o materialismo histórico e a crítica da economia política**

Por meio deste trabalho, buscamos demonstrar, dentre outros fatores, como o fenômeno do desemprego estrutural se constitui enquanto um dos elementos fundamentais do capitalismo, avançando ainda mais em um contexto de hegemonia neoliberal que se constitui tanto a partir de um aspecto político-econômico até mediante um processo ideológico de individualização e naturalização das mazelas produzidas pelo capitalismo.

Se, no final do século XX, autores como Antunes (2009), Mészáros (2011) e Wood (2003) já notavam que o desemprego estrutural seria extremamente presente em um capitalismo em crise, os últimos anos demonstram que tal diagnóstico estava extremamente correto, ainda mais após o período de pandemia da covid-19, que acentuou contradições já em evidência. Não obstante, em meio ao caos perpetuado pelo capital, inúmeros setores da esquerda continuam a apostar em uma possibilidade de conciliar democracia e mercado, como se estes fossem inseparáveis tal como propõe a abordagem liberal. Desse modo, substitui-se qualquer concepção socialista em prol de uma extensão da cidadania, não por acaso, o termo democracia (de modo extremamente abstrato) se transformou em *slogan* de vários movimentos progressistas (WOOD, 2003).

Em oposição a abordagens que isolam o político do econômico, devemos, a partir da crítica da economia política, nos perguntar se realmente faz sentido falar em democracia enquanto milhões de trabalhadoras e trabalhadores se encontram em situação de desalento e desemprego a nível mundial, ou submetidos ao subemprego que pouco garante a possibilidade de sobrevivência desses indivíduos. Sendo assim, é necessário abandonar concepções que fragmentam ou descentraliza a realidade social em que vivemos, de tal forma que seja possível compreendê-la enquanto uma totalidade que trate da economia política de forma unificada, tal como propôs Marx.

Depois de Marx, muitas vezes o marxismo perdeu de vista esse projeto teórico e seu caráter essencialmente político. Houve, em particular, uma tendência a perpetuar a rígida separação conceitual entre o "econômico" e o "político" que tão bem atendeu à ideologia capitalista desde que os economistas clássicos descobriram a "economia" na teoria e começaram a esvaziar o capitalismo de conteúdo político e social (WOOD, 2003, p.27).

Nesse sentido, é mais do que necessário que a renovação do materialismo histórico seja operada no sentido de compreender (e superar) as contradições do modo de produção capitalista, tão acentuadas em sua hegemonia neoliberal, e que busque compreender a realidade enquanto um processo em constante transformação, com uma classe

trabalhadora heterogênea e com experiências diversas, mas única no que diz respeito a necessidade de vender sua força de trabalho em oposição a uma classe dominante que continua a lucrar com a precarização do trabalho e com o desemprego, elementos inseparáveis para o capital (MÉSZÁROS, 2006).

Em oposição tanto ao materialismo mecanicista (oriundo do período stalinista) quanto às concepções que fragmentam e apagam a totalidade social (como muitas vezes fazem os autores da dita pós-modernidade), o materialismo histórico (e aqui é preciso ressaltar o elemento da historicidade) demonstra ser o método mais efetivo para avançar em direção a uma nova forma de organizar a sociedade, em que concepções democráticas sejam pensadas para além do terreno meramente político, mas sim em sua efetiva unidade com a economia, rompendo com as contradições de uma produção destrutiva, irracional e orientada para a valorização do capital, para que seja possível priorizar as necessidades sociais dos indivíduos enquanto parte de uma associação de produtores livres, e retirando a alienação política tão cara à “democracia representativa” do capital em prol de uma democracia em que a classe trabalhadora exerça o controle político e econômico em seus locais de trabalho, moradia, etc.

Em um contexto de avanço do desemprego estrutural, precarização, exploração, ataques a direitos básicos, devastação ambiental, guerras (em especial envolvendo a Rússia e a Ucrânia), o que nos parece evidente é que o irreal e utópico não é o socialismo, mas sim a possibilidade de um “capitalismo humano”, uma vez que tal caráter “humanista” entra em contradição com os mecanismos inerentes à sua existência enquanto modo de produção.

### **Referências bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022;

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018;

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009;

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf> acessado em: 24/05/2023;

CACAU, Carolina; PARKS, Letícia; ASSIS, Odete Cristina. **Mulheres negras e marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2021;

CARMO, Luana; ASSIS, Lilian; JÚNIOR, Admardo; TEIXEIRA, Marcella. **O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal**. Cad. EBAPE.BR, v. 19, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2021;

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009;

CHESNAIS, François. **Mundialização**: o capital financeiro no comando. Tradução: Ruy Braga. Les Temps Modernes, 607, 2000;

DRUCK, Graça. **O Estado neoliberal no Brasil**: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. Contemporanea\_vol11n3\_2021.indd;

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: editora da universidade estadual paulista: editora boitempo, 1997;

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2008;

FERRAZ, Janayna; FERRAZ, Deise. **Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor**: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. Cad. EBAPE.BR, v. 20, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Fev. 2022;

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de Cárcere - Volume I**: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a;

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**; edited and translated by Q. Hoare and G. Nowell Smith. London: ElecBook, 1999b;

HARVEY, David. **Condição pós-Moderna**. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a;

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008b;

International Labor Organization. **World employment and social outlook – trends 2022**;

LENIN, Vladímir Ilitch. **Democracia e luta de classes**: textos escolhidos. São Paulo: Boitempo, 2019;

MANDELBAUM, Belinda; RIBEIRO, Marcelo. **Desemprego**: uma abordagem psicossocial. São Paulo: Blucher, 2017;

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010;

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política, Livro I – O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013;

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017;

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B.Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007;

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010;

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019;

MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização**: um grande desafio para a esquerda. In: Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil/Ricardo Antunes (organizador) – São Paulo: Boitempo, 2006;

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. 1ª.ed. revista. – São Paulo: boitempo, 2011;

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Vozes, 1998;

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. MANA 11(2):577-591, 2005;

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, vol 1: A árvore da liberdade. 11ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020;

ULBRICHT, Gabriel. **Juventude e desemprego**: percepções a partir do contexto neoliberal. Revista Contraponto v. 9, n. 2 (2022).

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução: Paulo Cezar Castanheira – São Paulo: Boitempo, 2003.